



FÓRUM INTERNACIONAL

Mulheres dominam a cena no BRICS

Reunião de parlamentares projeta protagonismo feminino nas agendas de inovação, justiça climática e política no Sul Global

» ALÍCIA BERNARDES*

O Congresso Nacional foi palco, ontem, de uma articulação inédita entre mulheres parlamentares dos países que integram o BRICS, bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e mais recentemente outros países do Sul Global, como Irã, Cuba e Emirados Árabes. A Reunião de Mulheres Parlamentares do BRICS, dentro do 11º Fórum Parlamentar do BRICS, simbolizou o compromisso da presidência brasileira com uma governança internacional mais inclusiva, pautada por igualdade de gênero, sustentabilidade e inovação.

A senadora Leila Barros (PDT-DF) e a deputada Jack Rocha (PT-ES), anfitriãs do evento, destacaram os três principais eixos da reunião: inteligência artificial e inclusão digital; crise climática com justiça de gênero; e a construção de uma agenda BRICS 2025 a partir da perspectiva das mulheres. “Não é possível falar em desenvolvimento sem igualdade de gênero”, afirmou Leila. “Queremos um BRICS com rosto feminino, com voz ativa, influência política e compromisso ético.”

Na cerimônia de abertura, a ministra interina das Relações Exteriores, embaixadora Maria

Laura da Rocha, sublinhou a relevância da articulação multilateral liderada por mulheres. Ela relembrou a Carta de Alagoas, documento do P-20 que serviu de base conceitual para os debates atuais, e defendeu que alianças como a Aliança Empresarial das Mulheres sejam ampliadas. “A atuação das mulheres é central na construção de soluções para os desafios do século XXI”, declarou.

Com uma delegação plural, o encontro teve falas potentes e reivindicações práticas. Na 1ª Sessão de Trabalho, a deputada Isa Arruda (MDB-PE), coordenadora do Observatório Nacional da Mulher na Política, alertou para o uso crescente de tecnologias emergentes como ferramentas de violência política. Ela denunciou o uso de inteligência artificial para produzir imagens falsas e misóginas de figuras públicas femininas e destacou a aprovação da Lei 15.123/2025, que agrava penas para crimes digitais com motivação de gênero. “O universo digital não pode ser terra sem lei. Precisamos de responsabilização e transparência”, defendeu, pedindo a adoção de diretrizes conjuntas entre os países do BRICS.

A senadora Tereza Cristina (PP-MS) levou ao debate a perspectiva do agronegócio, propondo a

Fotógrafo/Agência Brasil



A senadora Leila Barros (PDT-DF) e a deputada Jack Rocha (PT-ES) presidiram a reunião de mulheres

criação de um polo de inovação cooperativa entre os países do bloco, com foco na inclusão de mulheres. “A agricultura 4.0 não pode ser um território exclusivo dos homens. Precisamos garantir acesso a tecnologias e redes de apoio também no campo”, destacou. Para ela, a inteligência artificial só será motor de equidade se for construída com diversidade

desde sua origem.

Na sessão dedicada à crise climática, a deputada indígena Célia Xakriabá (Psol-MG) emocionou ao relatar os longos séculos de exclusão das mulheres indígenas da política. “O parlamento demorou 200 anos para ser liderado por uma mulher indígena”, disse, ao lembrar que presidiu a Comissão da Amazônia

em 2023. “Não existe parlamento sem floresta, sem água, sem planeta”, disse a parlamentar, ao defender que o BRICS reconheça a dívida histórica dos países poluidores e financie ações lideradas por mulheres nos territórios mais vulneráveis.

A senadora Leila Barros propôs a criação de um fundo climático para mulheres, uma

plataforma de educação climática, aceleradoras de negócios verdes e um observatório de gênero e clima no âmbito do BRICS. “A transição energética justa não é apenas uma meta econômica, mas uma questão de dignidade humana”, afirmou. Ela cobrou ainda que o bloco atue com responsabilidade ética.

Ao longo dos debates, parlamentares reforçaram a necessidade de consolidar um documento final com metas concretas e mensuráveis, capaz de orientar políticas públicas nos países-membros e promover a responsabilização de plataformas digitais. “Nossa participação não é concessão. É estratégia para construir soluções mais eficazes e duradouras”, enfatizou Jack.

O encontro também teve intercâmbio com o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), conhecido como Banco do BRICS, presidido por uma mulher — Dilma Rousseff — para discutir o financiamento de projetos com recorte de gênero. Representantes de países como Cuba, China, Índia, África do Sul, Rússia, Emirados Árabes e Irã defenderam mecanismos regionais de apoio ao empreendedorismo feminino e à inovação inclusiva.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

Temas internos marcam os debates

» WAL LIMA

Parlamentares brasileiros fizeram do primeiro dia do 11º Fórum Parlamentar do BRICS, que ocorre no Congresso Nacional, espaço para criticar o governo Lula e acusar a esquerda de instrumentalizar o grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Os deputados Marcel van Hattem (Novo-RS) e Fausto Pinato (PP-SP) levaram as discussões para o âmbito local.

Na reunião com os representantes das Comissões de Relações Exteriores, por exemplo, van Hattem criticou o que chamou de “instrumentalização ideológica” do BRICS por parte do governo Lula, defendendo que o grupo

volte “a ser um espaço de cooperação econômica, e não de oposição geopolítica ao Ocidente”.

“A liberdade econômica não sobrevive sem liberdade política. Onde há censura, a democracia enfraquece e os investimentos somem”, afirmou. Ele também denunciou o que chamou de “perseguição política” dentro do próprio Congresso Nacional e citou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva como responsável por ataques a parlamentares da oposição. “Infelizmente, mesmo aqui neste Congresso, temos membros do Parlamento que hoje são alvos de perseguição política por parte do governo Lula. Entre eles, eu e o deputado Felipe Barros, presidente da Comissão

de Relações Exteriores”, disse ele, que ainda enfatizou que o Congresso deve ser uma instituição forte e livre de pressões políticas ou retaliações.

Em coletiva de imprensa após o debate, o coordenador do Fórum, Fausto Pinato, direcionou críticas aos Estados Unidos, defendendo um BRICS mais pragmático e soberano. Ele cobrou medidas concretas para reduzir a dependência econômica e política em relação ao dólar e propôs a criação de sistemas alternativos de pagamento entre os países do bloco.

“O mundo está cansado das imposições unilaterais. O BRICS pode e deve ser a resposta”, enfatizou, defendendo que uma das

medidas para a independência do bloco seria a criação de uma moeda internacional para garantir maior independência financeira aos países do grupo.

Questionado sobre as críticas do deputado Marcel van Hattem ao governo federal, Pinato disse que é natural que em um país democrático como o Brasil tenham-se questões como essa, em que um deputado da oposição utilize o espaço de debate para fazer críticas ao governo ou ao sistema judiciário.

O Fórum, que segue até quinta-feira, reúne delegações de mais de 18 países e busca fortalecer os laços entre os parlamentos do BRICS e seus parceiros estratégicos.

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Fausto Pinato defendeu a soberania dos países do grupo



ALEXANDRE GARCIA

A CENSURA É O OBJETIVO DE TODOS OS TOTALITÁRIOS. PRIMEIRO, CENSURAM AS PALAVRAS; EM CONSEQUÊNCIA, CENSURARAM O PENSAMENTO; A LIBERDADE, ENTÃO, ESTARÁ CENSURADA. TUDO FICA RELATIVO, COMO NA “DEMOCRACIA RELATIVA” DA VENEZUELA BOLIVARIANA

Liberdade fundamental

Embalado por uma misteriosa motivação, como confessor num evento do Partido Socialista Brasileiro (PSB), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revelou, mais uma vez, sua posição sobre liberdade de expressão: “Os Estados Unidos querem processar o Alexandre de Moraes porque ele está querendo prender um cara brasileiro que está lá nos Estados Unidos fazendo coisa contra o Brasil o dia inteiro”. Referência ao jornalista Allan dos Santos.

Para Lula, fazendo coisa (falando) contra o Brasil (ou autoridades?) dá prisão. Ora, quem não

concorda com Allan, não o vê, não o segue. Mas Allan está num país que reconhece e pratica o princípio de que liberdade de expressão é a pedra de toque da democracia. Aqui, nossa Constituição considera a liberdade de expressão cláusula pétrea, ou seja, nem o Congresso pode modificar o art. 5º. “É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. Não diz “salvo se”.

A censura é o objetivo de todos os totalitários. Primeiro, censuram as palavras; em consequência, censuraram o pensamento; a liberdade, então, estará

censurada. Tudo fica relativo, como na “democracia relativa” da Venezuela bolivariana. Vale qualquer pretexto, como faziam os tribunais na Alemanha de Adolf Hitler e na União Soviética de Josef Stalin, onde as pessoas já estavam condenadas antes dos julgamentos, que só serviam como ritual, na tentativa de mostrar que um processo kafkiano é um processo justo. O terrível, numa situação assim, é o silêncio dos censuráveis, que agem como ovelhas indolentes para a tosquia. A lá das ovelhas estará crescida no ano seguinte, mas a liberdade

perdida só renascerá se os servos passarem a agir como cidadãos.

São tempos em que o Supremo Tribunal Federal (STF) decide modificar uma lei que foi discutida com todos, no Congresso, por três anos. Chegou-se então à Lei 12965, sancionada por Dilma Rousseff em 2014. Depois de 10 anos em vigor, surgiu, em véspera de ano eleitoral, o desejo de obrigar as plataformas a irem além das regras já existentes, que evitam pornografia, pedofilia, imagens obscenas. Mas insistem que é preciso combater a “desinformação”. Ora, se combate a desinformação não dando audiência ao desinformador, assim como ao odiado — ademais, rotular de desinformação é muito

subjetivo, pois pode se tratar apenas de uma informação com a qual não se concorde.

Paradoxalmente, os que dizem combater a desinformação alegam que é para proteger direitos fundamentais. Ora, um dos direitos mais fundamentais é a liberdade de expressão. Movimento hipócrita, pois durante a pandemia generalizou-se a desinformação de que a covid-19 não tinha tratamento. Quantas mortes teriam sido evitadas?

Um inconfiante da fala da Janja (primeira-dama Rosângela da Silva) no jantar em Pequim revela que não é para proteger as crianças; a censura é porque a direita é predominante nas redes sociais

e ano que vem tem eleição. É isso que está em jogo nessa fúria de censura aos 10 anos de funcionamento do Marco Civil da internet.

E se o Supremo disser que o que o Legislativo decidiu, no artigo 19, é inconstitucional? E que as plataformas têm a responsabilidade de censurar o que julgam mentira ou discurso de ódio? Impossível tarefa humana fiscalizar bilhões de postagens diárias. Um robô vai decidir? Vamos ser censurados por um robô, com base em algoritmos? E onde fica a pedra angular da democracia, a liberdade de expressão? Parafrazeando o Vinícius de Moraes: Os totalitários que me perdoem, mas liberdade de expressão é fundamental.